



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 2.240, DE 2005

### PROJETO DE LEI DO SENADO

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre nº 366, de 2004 de autoria do Senador César Borges, que altera o Código de Defesa do Consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação cada de serviços públicos.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

#### I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador César Borges, acresce o art. 42-A ao Código de Defesa do Consumidor (CDC — Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos.

Excetuada a cláusula de vigência e a que qualifica como art. 42-B o atual parágrafo único do art. 42 do CDC, limita-se o projeto a acrescentar o art. 42-A, com o seguinte teor:

Art. 42-A. As dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos, urbanos ou rurais, tais como os de energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento, prescrevem no prazo de um ano.

A justificação explicita o objetivo de retirar do usuário o ônus de guardar recibos por tempo excessivo, sob pena de ser constrangido a pagar em dobro pelo serviço consumido. Afirma, ainda, que o prazo prescricional em vigor para a hipótese, de cinco anos, encerra excessiva desproporção em prejuízo do consumidor.

E conclui, nesses termos, que a redução do prazo prescricional, de cinco anos para um, impõe ao fornecedor, de um lado, o dever de se organizar, a fim de exigir a tempo a contrapartida do pagamento, e ao consumidor,

de outro, o dever de guardar os respectivos comprovantes por período de tempo razoável.

Não houve apresentação de emendas.

#### II — Análise

Passamos à abordagem do PLS nº 366, de 2004, sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo — dado que cabe à União, privativamente, legislar sobre energia, telecomunicações e transporte (art. 22, inciso IV e XI) e, concorrentemente, sobre direito econômico, produção e consumo (art. 24, incisos I e V, da Constituição) — e à iniciativa legislativa, atribuída a qualquer membro do Senado Federal (art. 61 da Constituição), inclusive para o tema em análise, que não se insere entre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional.

Acerca da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque a redução do prazo prescricional para um ano não inviabiliza, por si, a atividade econômica de prestação de serviços públicos.

Observado está, na hipótese, o princípio da proporcionalidade, tendo em vista que a restrição promovida fomenta a defesa do consumidor (artigo 170, inciso V, da Constituição) e guarda compatibilidade com o objetivo de distribuir proporcionalmente, entre fornecedores e consumidores, os riscos derivados da oferta de serviços públicos.

Quanto à regimentalidade, o projeto não apresenta vício, vez que, nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias

que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, bem como sobre matérias de competência da União.

Sobre a juridicidade, observa o projeto os aspectos de:

**a)** inovação, porque modifica o prazo prescricional aplicável aos débitos derivados de prestação de serviços públicos; **b)** efetividade, representada pela prescrição do direito de ação quanto aos créditos constituídos há mais de um ano; **c)** espécie normativa adequada, já que o tema, hoje disciplinado em regra geral do Código Civil (artigos 205 e 206 da Lei nº 10.406, de 2002), demanda a mesma espécie normativa para a reforma que se propõe; **d)** coercitividade, representada pela necessidade de exercício do direito à cobrança judicial no prazo de um ano, sob pena de prescrição, e e) generalidade, dado vez que as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os fornecedores de serviços públicos.

No que respeita à técnica legislativa, deve-se observar, em atenção ao art. 7º, **caput** e incisos, da Lei Complementar nº 95, de 26 fevereiro de 1998, que o tema regulado pelo projeto merece ser inserido no Código Civil, e não no Código de Defesa do Consumidor, porquanto este Diploma: **a)** não possui como foco a prestação de serviços públicos, mas, genericamente, a relação de consumo; e **b)** limita-se a disciplinar os prazos prescricionais dos direitos atribuídos ao consumidor.

O Código Civil, por sua vez, cuida de modo abrangente dos prazos prescricionais, previstos nos artigos 205, que contém a regra geral de prescrição decenária, e 206, o qual elenca prazos específicos menores. Como o projeto dispõe sobre prescrição anual, deve a norma ser incluída como inciso VI ao § 1º do art. 206 do Código Civil, nos termos do substitutivo abaixo sugerido.

Acerca do mérito, é de se reconhecer que a definição de prescrição anual para a hipótese não inviabiliza, por si, a atividade econômica de prestação de serviços públicos.

Ao contrário, estimula a eficiência dos empreendedores de serviços públicos e assegura maior previsibilidade e transparência às contraprestações devidas pelo consumidor.

### III – Voto

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprova do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, na forma do seguinte substitutivo:

#### EMENDA (SUBSTITUTIVO)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366 (SUBSTITUTIVO), DE 2004

**Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, a fim de estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos.**

Art. 1º O § 1º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 206.....

.....

§ 1º.....

.....

VI — a pretensão dos fornecedores de prestação continuada de serviços públicos, urbanos ou rurais, tais como os de energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento, pelo pagamento dos serviços prestados aos usuários. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2005.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 366 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Romeu Tuma	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA (RELATOR)
CÉSAR BORGES (AUTOR)	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR <sup>(1)</sup>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- JOÃO CAPIBERIBE <sup>(3)</sup>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALGANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(4)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) <sup>(5)</sup>
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA <sup>(6)</sup>
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 28/10/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(4) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(5) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(6) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

substitutivo ao  
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 366, DE 2004

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PT E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES			X		2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO				
JOÃO BATISTA MOTTA					6 - TASSO JEREISSATI	X			
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (1)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (3), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (3), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA	X				3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE (3)				
IDELI SALVATI					5 - SIBÁ MACHADO	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SÉRY S LHESSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				2 - (VAGO) (4)				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCÁ					4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)	X			
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 20 SIM: 18 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 11 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
U:\CCJ2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 28/10/2005)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005

(2) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF). (Vaga cedida pelo PSDB).

(3) O Senador Givam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(4) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA**

**Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

**TEXTO FINAL**

Do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

**Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, a fim de estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 206. ....

§ 1º.....

VI — a pretensão dos fornecedores de prestação continuada de serviços públicos, urbanos ou rurais, tais como os de energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento, pelo pagamento dos serviços prestados aos usuários.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2005.  
– Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

XI - trânsito e transporte;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

V - produção e consumo;

**SUBSEÇÃO III  
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**TÍTULO VII  
Da Ordem Econômica e Financeira**

**CAPÍTULO I  
Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

**LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**

**Institui o Código Civil.**

**SEÇÃO IV  
Dos Prazos da Prescrição**

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....  
Ofício nº 161/2005-Presidência/CCJ

Brasília, 7 de dezembro de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Assunto: Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar

Senhor Presidente,

Em Cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a V. Exª que, em Reunião Ordinária realizada 7 de dezembro do corrente, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, - Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 16 - 12 - 2005